

“É possível transformar a soja em mata de novo”: o processo de recuperação territorial do povo Avá-Guarani na região Oeste do estado do Paraná (Brasil).

“It is possible to transform soybeans into forests again”: the process of territorial recovery of the Avá-Guarani people in the western region of the state of Paraná (Brazil).

“Es posible volver a transformar la soja en bosques”: el proceso de recuperación territorial del pueblo Avá-Guaraní en la región oeste del estado de Paraná (Brasil).

Alexsander Brandão Carvalho Sousa¹

Resumo: O tema central do artigo gira em torno do processo de recuperação territorial que vem sendo protagonizado pelo povo Avá-Guarani, na região Oeste do Estado do Paraná, com o foco mais detido nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, onde se localiza a Terra Indígena Tekoha Guasu Guavira². Meu objetivo é discutir sobre as “situações históricas” (Pacheco de Oliveira, 1988; 2015) que foram se configurando com a colonização do território do povo Avá-Guarani na Bacia do Rio Piquiri, assim como oferecer um panorama da luta pela terra protagonizada por este povo indígena na atualidade.

Palavras chaves: Colonização, Avá-Guarani, recuperação territorial.

Abstract: The central theme of the article revolves around the process of territorial recovery that has been carried out by the Avá-Guarani people, in the western region of the State of Paraná, with the most focused focus on the municipalities of Guaíra and Terra Roxa, where the Indigenous Land is located. Tekoha Guasu Guavira. My objective is to discuss the “historical situations” (Pacheco de Oliveira, 1988; 2015) that were configured with the colonization of the territory of the Avá-Guarani people in the Piquiri River Basin, as well as to offer an overview of the struggle for land carried out by this indigenous people today.

Keywords: Colonization, Avá-Guaraní, territorial recovery.

Resumen: El tema central del artículo gira en torno al proceso de recuperación territorial que ha llevado a cabo el pueblo avá-guaraní, en la región occidental del Estado de Paraná, con foco más focalizado en los municipios de Guaíra y Terra Roxa, donde se encuentra la Tierra Indígena Tekoha Guasu Guavira. Mi objetivo es discutir las “situaciones históricas” (Pacheco de Oliveira, 1988; 2015) que se configuraron con la colonización del territorio del pueblo avá-guaraní en la

¹ Mestre em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador membro do Arandu, Laboratório de Estudos em Etnologia, Educação e Socio-biodiversidade do PPGAS-UFSC.

² O Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavira chegou a ser publicado no Diário Oficial, no dia quinze de outubro de 2018, por meio do Despacho Nº 2, de Setembro de 2018. Contudo, por meio da “Portaria 418 de 17 de Março de 2020”, o Presidente da FUNAI, Marcelo Xavier, anulou o RCID da Tekoha Guasu Guavira, adiante no texto será explicado este processo.

cuenca del río Piquiri, así como ofrecer un panorama de la lucha por la tierra realizado por este pueblo indígena hoy.

Palabras clave: Colonización, Avá-Guaraní, recuperación territorial.

Introdução

A temática central deste artigo é o processo de retomada territorial que vem sendo protagonizado pelo povo indígena Avá-Guarani que se encontra na região Oeste do Estado do Paraná. Utilizo informações etnográficas que levantei junto aos Avá-Guarani ao longo de pesquisas que realizei durante a graduação, o mestrado, e mais recentemente, o doutorado. E me amparo teoricamente na antropologia histórica de Pacheco de Oliveira (1988; 1998; 2015), com o objetivo de mostrar como ocorreu a colonização do território Avá-Guarani pelos *karai kuera* (os brancos), e apontar os caminhos que este povo indígena utiliza nos dias atuais para recuperar uma parcela do território ancestral que habitavam de forma plena antes de ser colonizado. O texto está organizado em três partes. Na primeira delas discorro sobre as concepções cosmológicas do povo Avá-Guarani a respeito de seu território, e procuro também apontar os motivos que conduziram este povo indígena a realizar as retomadas das terras. A segunda seção é dedicada a explicar sobre a colonização do território ancestral habitado por esse povo indígena. E, por fim, abordo o processo de retomada territorial Avá-Guarani que teve início na virada para os anos 2000 nos municípios de Guaíra e Terra Roxa.

Os Avá-Guarani e o seu Tekoha Ymã Guaré.

Eu gostaria de começar este artigo trazendo a concepção de uma jovem *charyi* (rezadora) e professora (*mboe'hara*), Paulina Martines, de 34 anos, sobre o território tradicional e as motivações que levaram os Avá-Guarani a iniciar e enfrentar o árduo processo de retomada territorial na região da Bacia do Rio Piquiri, em Guaíra e Terra Roxa. De acordo com ela:

O território pra nós Guarani tem um significado maior. Não só fisicamente, mas

espiritualmente também. *Tekoha ymã*³ se relaciona com *Yvy marane'ỹ*. O *yvy marane'ỹ* é uma procura que os nossos antepassados, desde há muito tempo atrás, eles vieram procurando, viviam em busca dessa *yvy marane'ỹ*.

No passado, o povo Guarani vivia em busca, caminhando, mudando de um lugar pro outro, e quem dirigia eles era o pajé, como é conhecido nos livros, a gente chama de *chamoi kuera*⁴ e são os nossos líderes espirituais, eles que dirigiam o grupo Guarani, diziam: - “Ah, daqui nós temos que ir nessa direção. Ou nessa direção.” Então assim viviam os grupos indígenas Guarani, buscando essa Terra Sem Mal, *Yvy Marane'ỹ*, mas hoje, como existe toda essa limitação, todas essas leis que limita a gente, nós somos obrigados a ficar, a se fixar num lugar e não poder mais mudar daqui pra outro lugar, por isso nós, digamos assim, praticamente paramos, mas não paramos espiritualmente.

Espiritualmente nós estamos ainda caminhando. Espiritualmente nós estamos ainda buscando, mas essa busca é através do *amba'i*, através da reza que nós fazemos toda noite com a ajuda dos rezadores. Esta busca, pra tornar possível ainda a gente alcançar essa Terra Sem Mal, nós precisamos do território porque essa busca não será possível fora da *Tekoha Ymã*. Nós temos que retornar de novo no local onde a gente sabe que é um *Tekoha Ymã*. A gente chama [também] de *Tekoha Ymã Guare*, território antigo. Então essa busca só será possível, esse alcance só será possível se a gente estiver no *tekoha ymã*. Aí essa busca pela Terra Sem Mal se tornará possível.

Mas ainda espiritualmente nós não encontramos ainda aquele sossego, aquela paz de dizer assim: “Ah, agora nós estamos realmente num lugar seguro.” Enquanto a terra não for demarcada, enquanto a gente não tiver um território reconhecido para o nosso povo, essa busca se torna espiritualmente com barreiras, porque a gente não se sente seguro no local onde estamos. Nós Guarani, queiram os branco ou não, os Guarani que conhece essa história, que têm essa esperança, que têm essa fé, essa crença, os brancos terão que aguentar dos Guarani aumentar nessa região, porque nessa região nós temos o possível *tape marane'ỹ* que os nossos antepassados acharam nessa região. Um deles é a Sete Quedas e a outra é a *Itaipyte* onde tem a barragem da Itaipu.

Nesses dois locais os nossos antepassados acreditaram que tinham achado o caminho para se chegar no *Yvy marane'ỹ* que com a violência e a grosseria dos *karai kuere* esse caminho foi inundado, foi impedido para o povo Guarani. Espiritualmente a gente sabe que esses caminhos estão lá. A gente não vê mais fisicamente. Com olho nu a gente não está mais enxergando. Os Guarani que são jovens, que têm hoje uns 30-40 anos, nunca mais vai ver esses locais, mas existem. Nossos antepassados que morreram, mas que estão no meio de nós espiritualmente, agente crê que eles ainda vivem no meio de nós, ainda vivem nessas regiões, nesses locais.

Então, por isso, esse território no Oeste do Paraná pra nós, pra todos os Guarani, é sagrado e é uma *Tekoha Ymã*. Nós sabemos que é uma *Tekoha Ymã*. Muitos

³ Albernaz que fez sua pesquisa com os Avá-Guarani da Reserva Indígena Avá-Guarani do Ocoí, explicou que *Tekoha Ymã* seria o “território tradicional” deste povo indígena, e que sua delimitação se “estende no estado do Paraná, desde a tríplex fronteira no município de Foz do Iguaçu (Argentina, Brasil e Paraguai) até Guaira” (ALBERNAZ, 2009, p.33).

⁴ *Kuera* indica o plural no dialeto guarani falado pelos Avá-Guarani.

dos brancos, dos *karai kuere*, podem achar uma loucura, uma mentira, ou podem dizer que é um treinamento ideológico que nós fazemos, que a gente inventou, mas não é. Pra nós é a realidade, é a verdade, porque é a nossa história, é o nosso passado, é a nossa origem, é uma busca que nós Guarani não podemos abandonar tão facilmente, porque foi uma coisa que os nossos antepassados começaram e eles valorizaram. Então, para nós, que somos jovens hoje, estamos continuando a valorizar, estamos continuando a fortalecer, e continuando esta caminhada que eles começaram, porque isso tem muito a ver com a nossa origem, da onde a gente veio né.

Porque quando tem um bebê dentro da barriga de uma mãe indígena, essas crianças estão vindo do *Yvy marane'ỹ*, do lado espiritual. A alma vem e fica dentro da barriga de uma mãe e, como a gente vai ter que cuidar dessa alma que tá vindo, que vai nascer, que vai crescer, que vai envelhecer, que vai morrer, e nós temos que batalhar por um *Tekoha Ymã* pra que essa alma possa vir em paz e depois da morte, através dos nossos cantos, através do nosso ritual, possa alcançar novamente a *Yvy marane'ỹ* de onde nós viemos.

Então, eu sempre digo que essa busca do território, essa busca pela demarcação de terra, o significado maior é espiritualmente, nem tanto fisicamente. Claro que fisicamente também tem várias coisas que são importantes pra nós, mas espiritualmente é mais forte, porque hoje é difícil localizar um cemitério antigo, mas nós sabemos, os mais velhos sabem, os rezadores também, pode vir de São Paulo, pode vir do Paraguai, pode vir de onde for, e ele vai vir e rezar e, esse rezador, através do lado espiritual, ele vai localizar.

Que nem eu sempre falo, nós não queremos tirar as terras dos fazendeiros, mas a gente quer se sentir em paz quando aqueles que tiverem mais idade, que são velhinhos já, que são idosos, quando forem pra outra vida, pra que eles possam descansar em paz. E tem outra coisa também que é bastante importante, que os Guarani têm esse costume de: “ah, o meu bisavô morreu por aqui, por essa região, pra cá”. Então os familiares terá que vir pra cá morar e esperar a morte pra que eles possam ser enterrados e possam ficar perto dos parentes que viviam no passado. Então tem esse, digamos assim, esse valor, essa crença para o povo Guarani. Então pra nós o *Tekoha Ymã* é muito forte, mais forte ainda espiritualmente, porque nós pertencemos a terra. Todas as coisas que há no meio ambiente são nossos irmãos, são nossos parentes, então nós somos da terra. Então não é que a terra seja nossa, mas é que nós somos da terra, não tem como mudar.

Paulina Martines foi a primeira mulher a ter se tornado liderança em uma aldeia na região Oeste do Paraná. Ela cumpriu assiduamente com esse papel de 2010 a 2021, quando passou sua função a Clemente, outro morador da Tekoha Y'Hovy, aldeia que atualmente tem uma população de 298 pessoas (BRASIL, 2022). Paulina tem trinta e dois anos, além de liderança ela também é *charyi*, traduzido por elas e eles por “rezadora”. Também faz doze anos que Paulina é professora da escola da aldeia, que atende crianças e adolescentes. Em 2021 Paulina conquistou um de seus

objetivos de vida, que era o de ingressar no curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Trago essa fala de Paulina devido ao fato de nela conter elementos importantes, que nos ajudam muito a compreender as motivações que impulsionaram o povo Avá-Guarani a realizar o movimento de retomada territorial na região da Bacia do Rio Piquiri, um local de suma importância cosmológica para este povo indígena, que, como veremos adiante, vive naquelas terras desde muito antes delas se tornarem território brasileiro.

Em sua fala, Paulina aciona a noção de *Yvy marane' ÿ*⁵, traduzida como “terra sem males”. De acordo ela, *Yvy marane' ÿ* é um lugar espiritual, um dos quais para onde a alma parte para habitar o corpo da criança recém-nascida, e para lá a alma deve voltar após a morte da pessoa. Neste trabalho não tenho a intenção de apresentar uma revisão sobre a temática da terra sem males e os elementos que lhe são correspondentes, como o profetismo e as migrações em busca deste território espiritual, até mesmo porque Pompa (2004) e Pierre (2013) já o fizeram muito bem. Mas é importante apresentar certas definições de alguns dos autores que se dedicaram a este assunto, sobretudo por esta noção ter sido bastante utilizada por Paulina para explicar o motivo do povo Avá-Guarani estar retomando seu território. Também vale lembrar Melià (1990, p.38) que infere que: “A terra sem mal é, certamente, um elemento essencial na construção do modo de ser guarani”.

Nimundajú (1987, p.105) explicou que era por meio do jejum, do canto e da dança que os “pajés” buscavam deixar o corpo leve para aceder à Terra Sem Males, que é uma “terra onde não mais se morre”. Esse autor, um dos primeiros a teorizar sobre esta temática na etnologia, também se refere à *terra sem males* como “morada celeste”. Helene Clastres (1989, p.54), por sua vez, formula que a Terra Sem Males é: “La tierra donde todo se produce abundantemente sin necessi-

⁵ *Yvy* é traduzido por terra, e *ÿ*, quando utilizado no final das palavras indica a negação. Já a expressão *marã* sugere algo que perece, passível de ser perecível (PIERRE, 2013). Há uma variedade na grafia desta noção, essa que utilizei nesse texto, *yvy marane' ÿ*, é a grafada por Bartolomeu Melià (1990). Nimundajú (1987), a seu turno, grafou como *yvy marãney*. Já Egon Shaden (1972), utilizou a escrita *yvy mará eÿ*. Empreguei a forma de Melià, sobretudo devido ao fato de ser a mesma utilizada pelos Avá-Guarani.

dad de trabajar, donde se disfruta de perpetua juventud”. Temos também a linha de argumentação elaborada por Pierre (2013, p.155), em que a *terra sem males* seria “a terra onde nada perece”.

Como bem apontou Paulina, eram os “pajés” que conduziam os núcleos familiares em suas andanças, rezando/cantando e dançando, de modo a conseguir chegar até a “morada celeste”. E era por meio de uma oralidade amparada pela profecia de que iriam aceder este território espiritual ainda em vida que os xamãs conseguiam convencer seu grupo a partir em busca da *terra sem males*.

Meu objetivo aqui é indicar que a noção de *Yvy marane'ỹ* é um importante fator que motiva até os dias atuais a mobilidade dos coletivos Guarani, por ser um elemento central na cosmologia e na organização social e espacial destes grupos, mesmo que de modo distinto, visto que cada grupo étnico (Avá-Guarani, Kaiowá e Guarani-Mbya)⁶ tem suas tradições de conhecimento específicas.

Dito isso, vale chamar a atenção para dois pontos importantes do *Tekoha Ymã Guarare* (Território Antigo) referenciados por Paulina, que são considerados por ela como *tape marane'ỹ*, ou seja, “caminho sem males”, através do qual é possível aceder à morada celeste em *yvy marane'ỹ*. Um deles estava mais próximo da foz do Rio Iguaçu, tratava-se da *Itaipyte* que era uma grande rocha (*ita guasu*) que se localizava no meio do Rio Paraná, neste local era possível escutar um alto som produzido pelo forte impacto das águas que batiam na grande pedra devido à correnteza do Rio Paraná, o que deu a origem ao seu nome, traduzido por Paulina como “pedra que faz barulho”.

O outro local situava-se Rio Paraná acima, mais perto da foz do rio Piquiri, eram os grandes saltos que ficaram conhecidos como as Sete Quedas do Rio Paraná. Neste ponto do rio também havia um forte ruído que era provocado pelas grandes cachoeiras que lá se formavam. Para estes locais sempre se dirigiam muitos *chamoi* (rezadores) e *charyi* (rezadoras) com a finalidade de

⁶ Sobre os etnônimos dos grupos indígenas falantes do idioma guarani, Thomas de Almeida (2006, p.7), na linha da definição elaborada por Egon Shaden (1972), nos explica que: “podem ser classificados, no Brasil, em três grupos: Guarani-Ñandéva (com autodenominações de Chiripa, Ava Katu Ete e Avá-Guarani [...]); os Guarani-Kaiowa (que se denominam Paĩ-tavyterã) e os Guarani-Mbya”.

dançar e cantar para Ñande Ru (Nosso Pai), de modo a buscar aceder a *yvy marane'ỹ* ainda em vida. Como bem nos explicou Paulina, os *chamoi* concebem estes pontos como *tape marane'ỹ*, ou seja, são caminhos (tape) que levam para terra sem males que se encontram dentro do *Tekoha Ymã Guare*.

O *Tekoha Ymã Guare*, bem como seus principais marcos geográfico, a *itaipite* e as Sete Quedas, sofreu um impacto de grandes dimensões⁷ e de modo irreparável no início da década de 1980, quando foi finalizada a construção da Itaipu Binacional⁸.



Jeroky (dança) na opy da aldeia Tekoha Y'Hovy. Na imagem observam-se os homens empunhando seus mbaraka dançando em frente ao amaba'i da opy. Fotografia tirada pelo autor.

É importante destacar que o *Tekoha Ymã Guare* é apenas uma parte de um território muito maior que é habitado de forma ancestral pelo povo Avá-Guarani. Sobre a extensão territorial mais ampla ocupada por este povo indígena, Thomas de Almeida nos explica que:

Compreende os rios Jejui Guasu, Corrientes e Acaray, no Paraguai, e, no Brasil, o Rio Iguatemi e seus afluentes, sendo encontrados também nas proximidades da junção deste com o Rio Paraná, alcançando, para o sul, até a confluência com o

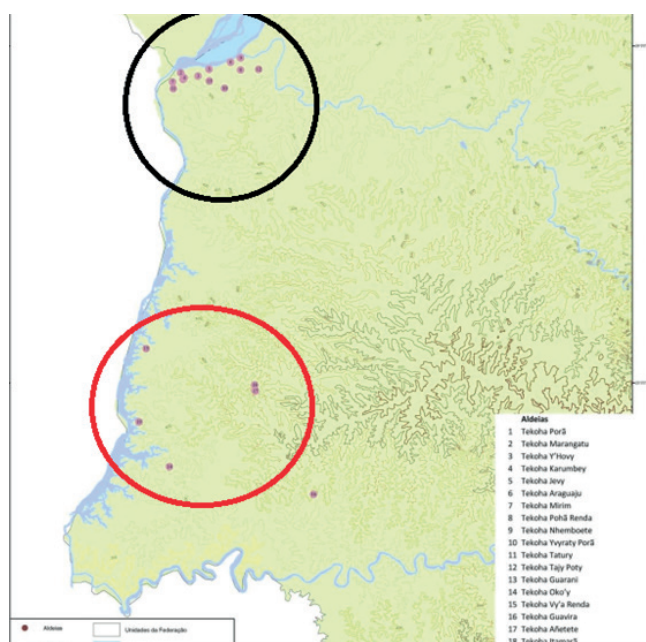
⁷ Esta grande usina hidrelétrica é fruto de um projeto de construção binacional entre Brasil e Paraguai que teve como alvo para tal o Rio Paraná. A obra foi concretizada durante os governos dos presidentes militares e ditadores Emílio Garrastazu Médici, no Brasil, e Alfredo Stroessner Matiauda, no Paraguai.

De acordo com informações da web site da Itaipu Binacional, a lâmina de água do reservatório chegou a 135 mil hectares. Sua barragem tem 7.919 metros de extensão, com altura de 196 metros. Fonte: www.itaipu.gov.br. Acesso: 08/08/2022.

⁸ Para maiores detalhes sobre o período histórico de construção da Itaipu Binacional e os impactos gerados aos Avá-Guarani ver Brant de Carvalho (2013), CTI (2013).

Rio Iguaçu. (THOMAS DE ALMEIDA, 2006, p.7)

Somente na região Oeste do Paraná, a população Avá-Guarani soma 3.978 pessoas, destas, 2.117 vivem Rio Paraná acima, na Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá, que incide sobre os municípios de Guaíra, Terra Roxa e Altônia. A outra parte desta população, que são 1.861 pessoas, vive Rio Paraná abaixo, em três pequenas reservas indígenas regularizadas, e em mais sete aldeias que estão aguardando pela finalização do processo administrativo de identificação e demarcação perante a FUNAI⁹.



Fonte: (Brasil, 2018, p.372). Mapa da região Oeste do Paraná. Inserir no mapa o círculo de cor preta para indicar a localização dos Avá-Guarani de Rio Paraná acima, próximo da foz do Rio Piquiri, e o vermelho para localizar os Avá-Guarani de Rio Paraná abaixo, cerca da foz do Rio Iguaçu.

As Reservas Indígenas regularizadas até o momento são: a R. I. Avá-Guarani do Ocoí, situada do município de São Miguel do Iguaçu, que foi demarcada em 1982, com 231 hectares de terras e atualmente tem uma população atual de 839 pessoas. A R.I. Tekoha Añetete, que foi homologada em 1996, com 1.774 hectares, e população de 308 pessoas. E por último, a R.I. Tekoha Itamarã, homologada em 2007, com 242 hectares e população de 1995. Estas duas últimas Reser-

⁹ Um Grupo Técnico foi composto para atender a demanda destas sete aldeias, por meio da Portaria nº 1.118 de 31 de agosto de 2018, que foi publicada no Diário Oficial da União no dia 14 de setembro de 2018.

vas estão localizadas no município de Diamante D’Oeste.

Vale destacar que estas três pequenas reservas só foram asseguradas aos Avá-Guarani por conta da luta pela terra que este povo indígena vem enfrentando desde meados do final da década de 1970, quando seu território foi amplamente impactado de forma irreversível pela Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. Os Avá-Guarani, apoiados por organizações indigenistas na época, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a ANAI (Associação Nacional de Ação Indigenista) entre outras, fizeram ampla mobilização e produziram documentos para que fossem enviados às autoridades competentes, de modo a denunciar e cobrar pela indenização de suas terras (BRANT DE CARVALHO, 2013; RIBEIRO DOS SANTOS, 2016; BRIGUENTI & OLIVEIRA, 2020).

Em 1981, quando faltava apenas um ano para finalizar a grande obra sobre o Rio Paraná, os Avá-Guarani enviaram documento para a FUNAI e para o Banco Mundial, que, por sua vez, foi um importante financiador da construção da Hidrelétrica. Tratava-se de uma Carta de denúncia a respeito do seu território que estava prestes a ser alagado e ainda não tinham respostas sobre a indenização. Foi devido a esta movimentação que as cerca de dezenove famílias que ainda viviam resistindo na Barra do Rio Ocoy¹⁰, que os Avá-Guarani conseguiram em 1982 que a Itaipu Binacional destinasse a eles uma pequena faixa de terra, situada na beira do seu reservatório. Esta terra, adquirida por meio da Itaipu Binacional, foi demarcada e regularizada pela FUNAI como Reserva Indígena Avá-Guarani o Ocoí (ALBERNAZ, 2009; CONRADI, 2009; BRANT DE CARVALHO, 2013; RIBEIRO DOS SANTOS, 2016; BRIGUENTI & OLIVEIRA, 2020).

Apesar de a Reserva Indígena Avá-Guarani do Ocoí estar assentada em território tradicional Avá-Guarani, ela não foi reconhecida como uma “terra indígena tradicionalmente ocupada”, conforme instrui o Artigo 231 da Constituição Nacional brasileira, mas sim como “reserva indígena”, instrumento jurídico que não demanda o Estado brasileiro reconhecer a “tradicionalidade”

¹⁰ A foz do Rio Ocoí, local que foi completamente alagado pelo reservatório da Itaipu Binacional, era localizada entre os municípios de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu.

da ocupação territorial dos indígenas para a sua regularização. É nesse contexto que começa o primeiro “processo de territorialização” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) dos Avá-Guarani do Ocoy¹¹, que resultou na criação de mais duas reservas que foram criadas a partir da compra de terras pela Itaipu Binacional e destinada aos indígenas por meio da regularização fundiária realizada pela FUNAI. Todas elas regularizadas como reserva indígena.

A noção de “territorialização” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) oferece-me subsídios para compreender os processos de mudanças e de reorganização social que vão implicar em novas dinâmicas de poder entre distintos atores sociais (indígenas e não indígenas) ao longo do processo de retomada territorial. De modo que se torna possível entender as novas configurações políticas, econômicas e territoriais que passaram a ocorrer quando os Avá-Guarani começaram a entrar novamente em suas terras para demandar a sua demarcação e regularização perante o Estado brasileiro. Pacheco de Oliveira (1998, p.56) assinala que a territorialização é “uma intervenção da esfera política que associa — de forma prescritiva e insofismável — um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados”. De modo que essa intervenção pode partir tanto das agências de poder ligadas ao Estado, como também da organização política dos povos indígenas com a luta pela garantia de seus direitos territoriais.

A colonização do território Avá-Guarani pelos *karai kuera* (os brancos).

No final da década de 1990, o único lugar em que núcleos domésticos Avá-Guarani ainda viviam agrupados em aldeia na região do Rio Piquiri era na margem esquerda do Riacho Karumbey, no bairro Vila Alta, zona urbana do município de Guaíra. Nesta localidade, chamada pelos indígenas de Tekoha Karumbey¹², encontrava-se habitando duas famílias extensas, os Martins e os

¹¹ Ocoy é o nome de um rio afluente do Rio Paraná que ficou submergido pelo reservatório da Itaipu Binacional em 1982, quando as comportas da usina fecharam as águas do Rio Paraná. A grafia em idioma guarani é com y, no final, mas quanto aportuguesado o termo é grafado com i, como ficou na grafia do nome da Reserva Indígena Avá-Guarani do Ocoí.

¹² Em guarani, *Karumbe* corresponde à tartaruga, e y à água. Uma tradução literal para *Karumbey* pode ser Rio da

Barros. Estas duas famílias extensas estavam vivendo espremidas pelo avanço da urbanização de Guaíra, e foram presenciando pouco a pouco o restante das matas (*ka'a guasu*) sendo derrubadas para ceder espaço aos loteamentos urbanos. Como aponta um relatório da FUNAI escrito pelo antropólogo Rubem Thomas de Almeida (BRASIL, 2004) também havia determinadas famílias que estavam vivendo espalhadas pelos bairros de Guaíra, estas que, por sua vez, somavam cerca de oitenta e cinco pessoas.

Embora muitas famílias tenham se dispersado ao longo de determinadas “situações históricas”, como vou mostrar adiante, é importante notar que, mesmo que de forma muito precária, os Avá-Guarani lograram permanecer resistindo em seu *tekoha ymã* guare na região da Bacia do Rio Piquiri. Para analisar os eventos históricos de colonização daquela parte do território Avá-Guarani utilizo a noção de “situação histórica”¹³ (PACHECO DE OLIVEIRA, 1988; 2015). Assim, é possível mapear no tempo como se caracterizou os determinados campos de forças (política, ideológica, econômica) cujos interesses voltaram diretamente sobre o território habitado pelos Avá-Guarani, bem como na exploração de sua mão de obra, muitas vezes em regime de trabalho análogo ao da escravidão.

A foz do Rio Piquiri, que atualmente está dentro dos limites do município de Terra Roxa, assim como outros afluentes menores que deságuam na curva que faz o Rio Paraná naquela altura, é local de habitação muito antiga de povos indígenas falantes do idioma guarani que eram agricultores, caçadores e também produziam peças de cerâmicas, como panelas e outros pequenos

Tartaruga, ou também Água da Tartaruga.

¹³ A noção de “situação histórica” (Pacheco de Oliveira, 1988; 2015) ajuda a compreender os campos de forças políticas, econômicas e ideológicas que provocam mudanças sociais na dinâmica de um povo e na paisagem que configura seu território, bem como ajuda a ver as relações de poder que os indígenas estabeleceram com os distintos agentes que colonizaram seus territórios, de modo a poder identificar as relações de interdependência entre os atores sociais em cada situação histórica. Pacheco de Oliveira coloca que a noção de situação histórica não trata de eventos históricos isolados num determinado tempo, mas sim de: “modelos ou esquemas de distribuição de poder entre diversos atores sociais” (1998 p.57). De acordo com ele: “uma situação histórica se compõe de um conjunto determinado de atores e forças sociais, cada um desses provido de diferentes recursos, padrões de organização interna, interesses e estratégias” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2015, p. 49).

utensílios.

Até hoje podemos encontrar com facilidade inúmeros cacos de cerâmica de tradição tupi-guarani nas aldeias que estão próximas ao Rio Paraná, como a Tekoha Marangatu e Tekoha Guatá Porã, em Guaira, e a Tekoha Ñeboetê, em Terra Roxa, esta última localiza-se bem próxima da foz do Rio Piquiri, ao lado das ruínas da *Ciudad Real Del Guairá*. Esta antiga cidade foi fundada em 1557 pelos colonizadores espanhóis, que escolheram esta localidade porque buscavam defender os limites de sua colônia, no Paraguai, com o Brasil, e também tinham interesses na grande população indígena que viviam ao redor da foz do Rio Piquiri (MELIÀ, 1997). De acordo com Melià (1997), o interesse dos espanhóis era em inserir aquela população indígena no sistema das *comiendas*, em que os indígenas eram subjugados ao trabalho em condições análogas a da escravidão.

Rio Piquiri acima os padres da Ordem Jesuítica criaram as reduções¹⁴ no final do século XVI, como a Redução de Copacabana, a de Conceção, e a de São Pedro. A *Ciudad Real Del Guairá*, bem como as reduções jesuíticas, foram destruídas pelos bandeirantes paulistas entre os anos de 1629 a 1632, muito indígenas foram capturados e levados como escravos para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar em São Paulo (MONTEIRO, 1994), mas também houve aqueles que se “...quedaron pequeños reductos escondidos en el monte” (MELIÀ, 1997 p. 89).

A próxima situação histórica vivenciada pelos antepassados do povo Avá-Guarani da Bacia do Rio Piquiri tomou forma com o término da Guerra do Paraguai (1864 a 1870). Após a derrota do Paraguai perante a Tríplice Aliança, formada por Brasil, Argentina e Uruguai, uma Comissão Mista foi composta para traçar os novos limites da fronteira entre Paraguai e Brasil, e os trabalhos duraram de 1872 a 1874 (EREMITES DE OLIVEIRA & ESSELIN, 2018).

¹⁴ O Padre Montoya definiu as reduções da seguinte forma: “Llamamos reducciones a los pueblos de Indios, que viviendo a su antigua usanza en montes, sierras y valles, en escondidos arroyos, en tres, cuatro o seis casas solas, separados a legua, dos, tres y más unos de otros, los redujos la diligencia de los Padres a poblaciones grandes y a vida política y humana, a beneficiar algodón con que se vistan (Montoya, 1639 appud Melia, 1997, p. 122)

Grande parte do território tomado do Paraguai foi incorporado à província de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, e também à região Oeste do Paraná. Tratava-se de um vasto espaço habitado de forma ancestral por uma grande população de indígenas Kaiowá e Avá-Guarani. Em toda esta ampla extensão territorial havia uma grande quantidade da planta erva-mate (*Ilex paraguariensis*), que era encontrada em abundância no interior das matas, e muito apreciada pelos indígenas que sempre a consumiram por meio da infusão com água quente ou fria. Eremites de Oliveira e Esselin (2018) argumentam que os vastos ervais tratavam-se de verdadeiras “florestas antrópicas”, que eram utilizadas e manipuladas pelos indígenas desde tempos pré-coloniais.

Por meio da Lei de Terra de 1850, o território retirado do Paraguai e incorporado ao Brasil tornou-se terras devolutas. Inicialmente elas foram concedidas para a exploração da erva-mate e da madeira de lei. Quem adquiriu a concessão de imensa quantidade de hectares de terras foi o empresário Thomaz Larangeira, que por sinal foi o provedor de alimentos para a Comissão Mista que redemarcou os limites entre Brasil e Paraguai. Com a sua primeira concessão de terras, Thomaz Larangeira obteve por meio do Decreto Imperial nº 8.799, de 9 de dezembro de 1882 “a permissão para explorar por dez anos os extensos ervais nativos encontrados em terras tidas como devolutas” (EREMITES DE OLIVEIRA & ESSELIN, 2018).

Em 1892 Thomaz Larangeira associou-se aos irmãos Murtinho, empresários de origem portuguesa, e por meio desta sociedade foi criada a Cia. Matte Larangeira. A Companhia extraía erva-mate nativa e madeira de lei utilizando mão de obra Kaiowá e Avá-Guarani que trabalhavam em condições análogas às do regime de escravidão, visto que os indígenas ficavam submetidos ao sistema de barracão. Essa foi uma forma de controle que girava em torno da dívida gerada com as mercadorias que os indígenas adquiriam de modo adiantado nos barracões, que eram controlados pelos próprios administradores da Cia. Muitas vezes os indígenas não conseguiam mais quitar a sua dívida, e acabavam ficando à mercê do trabalho compulsório nos ervais (BRAND, 1997).

É importante destacar que ao longo do Governo Imperial e também durante do início do

Republicano, Thomaz Larangeira foi adquirindo novas concessões de terras, de modo a ampliar ainda mais o espaço utilizado para realizar a extração de erva-mate nativa e aprimorar na sua logística de escoamento (BRAND, 1997). Com o aumento das concessões a Cia. chegou até a região Oeste do Paraná, e em 1910 fundou o Porto de Guaíra¹⁵ na margem esquerda do Rio Paraná, acima dos Saltos das Sete Quedas. Tanto no Mato Grosso do Sul, quanto no Paraná, a Cia fez uso da mão de obra indígena em condições análogas às da escravidão, tanto durante o processo de coleta da erva mate no interior das matas, assim como na logística de transporte e escoamento do produto¹⁶ (CTI, 2013).

As histórias sobre o “tempo da Cia. Matte Larangeira”, estão bem presentes nas memórias dos Avá-Guarani. Conforme os relatos indígenas por mim registrados, pude compreender que os funcionários que administravam o processo de coleta e escoamento da erva-mate estabeleceram formas de relação violenta para com os indígenas. Damião Acosta, morador da aldeia Tekoha Y’Hovy, que tem 69 anos de idade, disse-me que seu pai, chamado Bernardo Acosta, enquanto era vivo chegou a trabalhar para a Cia. Matte Larangeira. Damião contou-me que a situação de trabalho para a Cia. era extremamente insalubre, trabalhavam todos os dias sem descanso semanal, debaixo de chuva ou no frio. Houve muitos casos em que os indígenas chegaram a cobrar pelos serviços prestados para a empresa extratora e foram espancados pelo “patrão”. Segundo Damião “naquele tempo o patrão matava mesmo, era difícil”.

O empreendimento ervateiro realizado pela Cia. Matte Larangeira passou a declinar após Getúlio Vargas rescindir as concessões de terras a Tomaz Larangeira na década de 1940. Desta forma, foi chegando ao fim da situação histórica que se configurou com a exploração dos recursos das matas habitadas pelos Avá-Guarani por meio de sua força de trabalho. Até essa situação histórica

¹⁵ Foi por meio da construção deste porto que surgiu a cidade de Guaira.

¹⁶ O produto extraído das matas por meio da mão de obra indígena tinha como destino a importação para o mercado Argentino, e para isso era escoado via a Bacia do Rio da Prata.

os indígenas não haviam sido expulsos de suas terras devido ao fato de terem sido utilizados como mão de obra. Mas essa configuração começa a mudar após a criação do mito de que a região Oeste do Paraná era um “vazio demográfico” e de que era necessário povoá-lo, por certo que com uma população branca (FREITAG, 2007).

O Relatório¹⁷ sobre as violações dos direitos humanos e territoriais do povo Avá-Guarani produzido pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI) informa que em Guaíra e Terra Roxa as terras devolutas que estavam sob a concessão da Matte Larangeira ficaram a cargo de serem loteadas e vendidas pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, e também pela Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP). Sobre esta última, o Relatório infere que se tratava de uma “companhia que empregava mão de obra Guarani na abertura de estradas e picadas [...]” (CTI, 2013 p. 55).

É no desenrolar desta situação histórica que tem como marca central a colonização por meio do povoamento realizado em grande parte com uma população de imigrantes brancos, que os Avá-Guarani começam a se espalhar (*sarambi*) daquela parte de seu território que tem como marco a foz do Rio Piquiri a leste, e a oeste as submersas Sete Quedas do Rio Paraná. Esse processo de dispersão dos Avá-Guarani em Guaíra foi se dando de modo gradual ao longo da década de 1940 até 1970, na medida em que suas terras iam sendo vendidas, e junto a isso também passava a ocorrer a expansão urbana do município de Guaíra.

Como torna evidente as narrativas dos Avá-Guarani mais velhos, também houve muitas famílias que saíram de Guaira e foram para Mato Grosso do Sul em busca de postos indígenas mais próximos para conseguirem obter a documentação básica¹⁸ que passou a ser exigida para pleitea-

¹⁷ *Violações dos Direitos Humanos e Territoriais do Guarani no Oeste do Paraná*

(1946-1988): subsídios para a Comissão Nacional da Verdade. Centro de Trabalho Indigenista – CTI. 2013. 103p. Disponível em: <http://bd.trabalhoindigenista.org.br/>

¹⁸ Na Região Oeste do Paraná não havia posto indígena, a FUNAI abriu uma sede fixa nesta região somente em 2012. Antes disso havia somente a Coordenação Regional em Guarapuava, a mais de trezentos quilômetros de distância de Guaíra. Devido a este fato, os Avá-Guarani que vive em Guaíra e Terra Roxa quando precisavam ser atendidos pela

rem postos de trabalho, bem como para ter acesso a cidadania de modo geral, como o atendimento em hospitais, para poder viajar de ônibus, votar etc. Um exemplo pode ser ilustrado com um fragmento de uma entrevista que realizei com Teodoro Galeano, que atualmente vive na aldeia Tekoha Y'Hovy, que me contou sobre seu pai, Germino Galeano. De acordo com Teodoro:

Meu pai era daqui mesmo, só que quando eu era pequeno, quando tinha quase sete anos, naquele tempo os branco falavam pro meu pai “você tem que pegar documento, tem que tirar documento, tem que tirar”. Mas aqui eles não quíriam tirar pra nós, então meu pai pensou assim, ele falou pra nós, “temos que sair daqui e ir lá pra Mato Grosso [do Sul] pra tirar os nossos documentos”.

Teodoro foi para a Reserva Indígena Porto Lindo quando criança, e por lá cresceu e constituiu sua família, ele trabalhou junto com seus filhos no corte da cana-de-açúcar durante muitos anos para conseguirem sua sobrevivência.

O que muitos indígenas apontam é que o chefe do Posto Indígena da R.I Porto Lindo exigia que as famílias ficassem vivendo por lá anos a fio até conseguirem em algum momento obter a documentação. Com isso, os filhos iam crescendo e com o tempo constituíam casamento e formavam suas famílias e, desta forma, iam permanecendo fora do território da Bacia do Rio Piquiri. Teodoro contou que seu pai morreu e foi enterrado em Porto Lindo, de modo que não chegou a regressar para o local em que nasceu para lá ser enterrado.

É importante constatar que em Guaíra também houve um forte impacto ambiental devido à construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, que por conta da formação do grande reservatório alagou completamente as Sete Quedas do Rio Paraná. As grandes cachoeiras que se formavam naquela altura do Rio Paraná eram para o povo Avá-Guarani um importante referencial geográfico e cosmológico, pois, como indiquei anteriormente, naquela localidade se juntavam muitos *chamo'i* (rezador) para cantar e dançar para *Ñande Ru* (Nosso Pai), a divindade criadora

FUNAI se deslocavam até o Posto Indígena da Reserva Indígena Porto Lindo, localizada no município de Japorã-MS, a trinta e três quilômetros de distância de Guaíra.

do mundo e dos seres que o habitam, com a finalidade de obter a chance de irem, ainda em vida, para a *yvy marane'ỹ*. As Sete Quedas ficaram completamente alagadas, assim como os locais que os Avá-Guarani habitavam e circulavam nas cercanias das quedas d'água.

Na esteira da construção da Itaipu Binacional, durante o período da Ditadura Civil-Militar, ao longo das décadas de 1970 e 1980, também houve o forte avanço da fronteira agrícola na região Oeste do Paraná. Foi se desenvolvendo ali a agricultura intensiva e altamente mecanizada voltada para os monocultivos de grãos, principalmente, a soja e o milho. Esse modo de produção intensiva fez demandar ainda de mais extensões de terras, que são destinadas para o cultivo lucrativo voltado para o mercado neoliberal das *commodities*.

A mão de obra indígena foi deixando de ser contratada para a realização de serviços braçais nas lavouras na medida em que as máquinas foram se tornando de fácil acesso. Muitos indígenas também foram obrigados a se deslocarem para o Mato Grosso do Sul para trabalhar como cortadores de cana para as usinas de álcool, de modo a assegurar sua sobrevivência, pois os locais em que utilizavam para pescar, caçar, plantar, estavam se transformando em grandes campos de soja, e também em zonas urbanas dos municípios de Guaíra e Terra Roxa. É nesse cenário que foi se configurando a situação histórica atual, em que os Avá-Guarani estão empenhados em reaver parcelas de seu território ancestral por meio das ações de entrar novamente, *jeike jevy*.

Jaha Jaike Jevy: Vamos entrar novamente.

Mesmo tendo saído de Guaíra, o local em que nasceu, e se deslocado com seus pais para a Reserva Indígena Porto Lindo, no sul do Mato Grosso do Sul quando criança, Teodoro Galeano nunca se esqueceu do que seu pai dizia, de que seu o lugar era em Guaíra, nas redondezas do Rio Paraná, de acordo com suas palavras:

Um dia meu pai conversou comigo, ele falou assim pra mim quando eu já tinha uns 14 ou 15 anos, ele falou pra mim “o nosso lugar não é aqui, o nosso lugar é lá no Paraná”. Essa Guaíra eu conheço desde quando eu era bem pequeno, então eu mudei pra cá de novo, eu vim aqui porque meu pai foi sacrificado aqui e eu tenho

que lutar de novo, agora já não tem mais mata pra gente se mudar, pra mudar hoje de onde nós estamos é difícil, tem que ficar bem edificado.

Teodoro voltou com sua esposa e filhos para Guaíra em 2009, primeiramente viveu cerca de seis anos na aldeia Tekoha Guata Porã, e depois se mudou para a aldeia Tekoha Y’Hovy, após ter ocorrido um fato trágico em sua família, um de seus filhos que tinha apenas dezesseis anos cometeu o suicídio, um fenômeno que vem provocando muitas mortes entre os Avá-Guarani nas aldeias da região Oeste do Paraná, principalmente entre a população mais jovem, embora também tenham casos ocorridos com adultos¹⁹.

O movimento protagonizado pelos Avá-Guarani para recuperar parte das terras que lhes foram retiradas ao longo da colonização de seu território na Bacia do Rio Piquiri, nos municípios de Guaira e Terra Roxa, começou de modo discreto com a entrada da família extensa encabeçada pelo casal Claudio Barros e Vitória Nunes em um lote urbano que tem pouco mais que quatro alqueires de terras, no bairro Vila Alta em Guaíra, em 1999. Nestes pouco mais que quatro alqueires de terras, esta *ñemoñare* fundou a Tekoha Porã, em que atualmente habita uma população de 215 pessoas atualmente (BRASIL, 2022).

Dessa maneira, dando prosseguimento no processo de recuperação de parte de seu território tradicional, em 2004 ocorreu uma entrada (*jaike*) próxima de uma Faixa de Proteção do reservatório da Itaipu Binacional. Nesta localidade ainda há uma região de mata que margeia o lado esquerdo do Rio Paraná. O pequeno grupo que realizou essa retomada foi constituído por três famílias que estavam vivendo na Tekoha Porã, e foi liderado por um dos genros de Cláudio Barros, chamado Inácio Martins, casado com Luciana Barros. O grupo de famílias foi constituído por

¹⁹ O Brasil de Fato publicou no dia onze de março de 2022 uma reportagem intitulada “*Sem perspectiva de futuro, mais um jovem guarani comete suicídio no Oeste do Paraná*”, em que foi abordada a grave situação do suicídio entre a população Avá-Guarani no Oeste do Paraná. A matéria traz informações que mostra que de 2000 a 2018 houve o registro de dezoito casos de suicídios cometido entre os indígenas. Esse número disparou em 2021, visto que teve de zesseis casos de suicídio, e mais vinte e quatro tentativas. Link de acesso à reportagem: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/29/aqui-nao-tem-alimento-para-indio-guaranis-do-oeste-do-parana-sofrem-epidemia-de-suicidio> data do último acesso em 27/08/2022.

ele, sua esposa e os dois filhos pequenos, e mais duas outras famílias, o casal Assunção Benites e Adolfina Lopes e seus seis filhos. E também o casal Nenito e Leutécia e seus três filhos (BRASIL, 2004). Nesta localidade ergueram a Tekoha Marangatu, em que atualmente vivem 362 pessoas (BRASIL, 2022).

Este movimento protagonizado pelos Avá-Guarani foi ganhando força aos poucos, conforme as famílias que tinham se dispersado em décadas passadas por conta da colonização de seu território passaram a regressar. Estas famílias foram compondo novas retomadas em pontos que foram indicados pelos *chamoĩ* e *charyi*, como o próprio Claudio Barros, que são os conhecedores das histórias e dos locais que habitavam, das matas que circulavam para coletar ervas medicinais, mel, para caçar e pescar.

Atualmente os Avá-Guarani têm denominado esse movimento de reocupação territorial de “retomada”, mas em seu idioma se referem a estas ações por meio da expressão *jaha jaike jevy yvype*, que significa “vamos entrar de novo nas terras”. O antropólogo Kaiowá Tônico Benites que elaborou suas pesquisas sobre as retomadas territoriais do povo Kaiowá e Avá-Guarani no Mato Grosso do Sul, explica que:

A expressão “*Jaha jaike jevy*” significa “vamos entrar e recuperar”. E *jev* tem o significado de “repetir”, “ativar” novamente ou uma vez mais. Por essa razão, a expressão *jaha jaike jevy* significa “vamos entrar e recuperar” (outra vez ou de novo) (BENITES, 2014, p. 30).

Nesse sentido, concebe-se que estão recuperando novamente o território que sempre lhes pertenceu e não, como impõe os seus antagonistas *karai kuera* (os brancos), estão invadindo e tomando as terras de seus pretensos proprietários.

As memórias a respeito dos locais em que nasceram e que foram enterrados os antepassados, sobre o tempo que seus pais e avós trabalhavam para a Cia. Matte Larangeira, sobre os locais de importância cosmológica que foram alagados pela Itaipu Binacional, são como o combustível que motiva o processo de recuperação territorial. Outro elemento importante, e que também apa-

rece no processo de recuperação territorial do povo Tupinambá localizado no Sul da Bahia, como nos mostra as pesquisas de Alarcon (2019; 2020), são as relações de parentesco, que pesam bastante neste processo de retomada, visto que um parente chama o outro.

Vale destacar que o processo de retomada territorial que resultou em 2014 na abertura do processo administrativo da FUNAI para a identificação e delimitação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavira, foi fruto da luta de várias famílias extensas que mantêm entre si laços de parentesco consanguíneo e por aliança matrimonial, como os Galeano, os Benites, os Barros, os Martins, os Martines, os Lopes, os Acosta, os Diegro, os Verá, os Galeano entre outras. Grande parte delas estavam vivendo momentaneamente nas Reservas Indígenas no Mato Grosso do Sul, outras em aldeias Avá-Guarani situadas no Paraguai, assim como algumas delas que partiram de reservas indígenas da região Oeste e Centro-Sul do Paraná.

O movimento de retomada territorial promovido pelos Avá-Guarani resultou na constituição sete novos *tekoha* (espaço em que se vive de acordo com o *ore reko*, ou seja, com “os nossos costumes”) em Guaíra, que são eles: 1) Tekoha Marangatu; 2) Tekoha Mirim; 3) Tekoha Y’Hovy; 4) Tekoha Jevy²⁰; 5) Tekoha Tatury; 6) Tekoha Guarani, 7) Tekoha Porã²¹. E mais cinco no município vizinho, em Terra Roxa, que são eles: 1) Tekoha Araguaju; 2) Tekoha Ñemboete; e 3) Tekoha Pohã Renda; 4) Tekoha Yvyraty Porã²²; 5) Tekoha Tajy Poty.

As manifestações pela demarcação da terra indígena realizadas pelos Avá-Guarani, passaram a ser parcialmente atendidas pela FUNAI que, em 2012, abriu em Guaíra uma Coordenação Técnica Local (CTL) para atender diretamente a demanda dos indígenas dessas dezesseis aldeias.

²⁰ A Tekoha Jevy, em 2020, foi dividida em outras duas aldeias, uma delas foi nomeada com Tekoha Guata Porã, e a outra como Tekoha Itê.

²¹ Em 2019 esta aldeia de fragmentou em duas partes, uma delas continuou como Tekoha Porã, e a outra foi nomeada como Tekoha Ñepyrú.

²² Devido a uma cisão entre grupos familiares esta aldeia foi fragmentada em duas, uma continuou com o nome Tekoha Yvyraty Porã, e a outra foi batizada como Tekoha Yvy Porã.

Além disso, a FUNAI constituiu um Grupo de Técnico (GT)²³ para realizar os estudos de identificação e delimitação de uma “Terra Indígena”, os quais foram coordenados pela antropóloga Marina Vanzolini Figueiredo, que realizou a pesquisa de campo em 2014 e 2015.

Os resultados dos levantamentos desse GT propuseram a criação e delimitação da Terra Indígena chamada Tekoha Guasu Guavira, para que abarcasse as terras das dezesseis *tekoha kuera*, com uma extensão de 24.048 hectares de terras, situados nos municípios de Guaíra, Terra Roxa e Antônia²⁴ (BRASIL, 2018). Assim, diferentes das três primeiras terras destinadas aos Avá-Guarani no Oeste do Paraná, que foram regularizadas como “Reservas Indígenas”, a Terra Indígena Tekoha Guasú Guavirá foi proposta com base na tradicionalidade de ocupação territorial dos Avá-Guarani, de acordo como é instruído pela legislação prevista no Artigo 231 da Constituição Federal brasileira.

O Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tekoha Guasú Guavirá (RCID) chegou a ser publicado no Diário Oficial da União (DOU) no dia quinze de outubro de 2018, por meio do Despacho Nº 2, de Setembro de 2018. Porém, o reconhecimento dessa Terra Indígena provocou intensos movimentos a níveis locais contrários às demandas territoriais dos Avá-Guarani.

No âmbito local onde as retomadas ocorrem como podemos observar nos estudos que abordaram essa temática (Alarcón, 2019; 2020; Moraes, 2017; Benites, 2014; Maréchal, 2019; Sousa, 2021), políticos, que quase sempre são donos de terras, sindicatos rurais e organizações civis de agricultores ligados ao agronegócio têm atuado significativamente para desarticular e eliminar as retomadas territoriais e as demarcações de terras indígenas. Maréchal (2019), que realizou pesquisas sobre as retomadas protagonizadas pelo povo Kaingang no Rio Grande do Sul, mostra de modo

²³ Grupo Técnico constituído pelas Portarias Funai nº 139/PRES, de 17.02.2014, e nº 402/PRES, de 25.04.2014.

²⁴ Uma pequena parte da Ilha Grande do Rio Paraná foi inserida dentro da delimitação da TI Tekoha Guasu Guavira. Essa parte da Ilha Grande está dentro dos limites dos municípios de Terra Roxa e Altônia, por isso esse município aparece dentre os locais em que incide a Terra Indígena.

muito claro como estas figuras públicas e instituições ligadas ao agronegócio se articulam junto à mídia local para promover uma imagem depreciativa dos indígenas e, deste modo, justificar a violência desferida em seus corpos, bem como o apagamento de sua presença, que quase sempre ocorre por meio da negação da identidade étnica enquanto povo indígena, assim como por meio do apagamento da história a respeito da ocupação ancestral de seus territórios.

Em Guaíra e Terra Roxa esse movimento contrário aos indígenas está vinculado especialmente às forças econômicas ligadas ao agronegócio, que vem demandando cada vez mais de terras para a produção dos monocultivos de grãos, como a soja e o milho principalmente²⁵. Como consequências das manifestações contrárias à demarcação da terra para os indígenas, foi expedida, no dia 17 de fevereiro de 2020, a Ação Civil Pública²⁶ sentenciada pelo juiz da 1º Vara Federal de Guaíra, Gustavo Chies Gignachi, respondendo à apelação²⁷ interposta pela FAEP²⁸ (Federação da Agricultura do Estado do Paraná), que determinou a “suspensão” do processo administrativo de demarcação e regularização da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavira, alegando que teria ocorrido ilegalidades nos estudos de identificação e delimitação das terras.

O atual presidente da FUNAI, Marcelo Augusto Xavier da Silva, sem recorrer da sentença como deveria por conta do cargo que ocupa, atendeu a solicitação do juiz e publicou, no Diário Oficial da União (no dia 26 de março de 2020), a “Portaria N° 418²⁹, de 17 de Março de 2020”. Por meio desta, ele que não só “suspendeu” o RCID, como foi mais além e declarou a “nulidade do processo administrativo de identificação e delimitação da Terra Indígena Tekoha Guasu Gua-

²⁵ De acordo com as informações do IBGE, em 2020 foi produzido em Terra Roxa uma quantidade de 239.931 toneladas de milho, e 216.000 toneladas de soja. Em Guaíra a produção de milho chegou a 148.545 toneladas, e a de soja 139.891. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/> acesso: 18/08/2022.

²⁶ N° 5001048-25.2018.04.7017

²⁷ Processo n° 5001401- 07.2014.404.7017

²⁸ De acordo com a página de seu website a FAEP tem como objetivo a “defesa e representação legal da categoria econômica rural”, e tem como missão “defender os interesses dos Sindicatos filiados e dos produtores rurais. Fonte: <https://www.sistemafaep.org.br/faep-3/> último acesso em 27/08/2022

²⁹ Segue o link para acesso ao documento: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-418-de-17-de-marco-de-2020-249801671>

virá”. Desde então, nenhuma outra providência oficial foi tomada para o reconhecimento da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavira.

Mesmo com a declaração da nulidade do processo administrativo de identificação e delimitação da T.I. Tekoha Guasu Guavirá, os Avá-Guarani continuam resistindo e permanecendo nas áreas retomadas, buscando reverter à sentença que impediu o reconhecimento oficial desse território em seu pleno direito. As lideranças das aldeias que compõe essa Terra Indígena estão fortemente articuladas com a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)³⁰, que tem prestado apoio jurídico aos Avá-Guarani da região Oeste do estado do Paraná.

A Comissão Guarani Yvyrupa é uma organização não governamental indígena criada em 2006, que congrega os coletivos Guarani das regiões Sul e Sudeste do Brasil, e tem como foco principal de luta a garantia dos direitos indígenas, sobretudo, no tocante à luta pelo direito à demarcação e regularização das terras. De acordo com seu site oficial: “A CGY foi construída como um mecanismo de atuação nos processos de demarcação de terras indígenas”. A CGY esta sediada na aldeia Tenondé Porã, localizada na zona periférica da cidade de São Paulo, mas também possui um escritório na região central dessa cidade.

Os Avá-Guarani de Guaíra e Terra Roxa, por meio de suas estratégias de entrar novamente (*jaike jevy*) e retomar parcelas de seu território ancestral, têm conseguido atrair também a atenção da FUNAI e do MPF. Esta estratégia foi fundamental para a abertura do processo administrativo que deu origem à delimitação e demarcação da TI Tekoha Guasu Guavirá e a publicação do resumo de seu RCID no DOU. As ações dos Avá-Guarani de retomadas das terras são realizadas em conjunto com várias outras mobilizações públicas, como as manifestações políticas em forma de passeatas pelas ruas principais do município de Guaíra, protestos em frente à Prefeitura Municipal e o fechamento da Ponte Ayrton Senna³¹. A primeira ocasião em que fecharam a Ponte foi em 2012,

³⁰ Para mais informações sobre a Comissão Guarani Yvyrupa: <http://www.yvyrupa.org.br/sobre-a-cgy/>

³¹ A Ponte Ayrton Senna está na extensão da BR 163, Km 350, e conecta o estado do Paraná ao de Mato Grosso do Sul

quando aproximadamente cem indígenas interromperam o fluxo dos automóveis durante a manhã e à tarde do dia seis de agosto³².

Com suas manifestações públicas os Avá-Guarani protestam, sobretudo, por demarcação e regularização de suas terras, mas, também, por melhores condições de moradia nas aldeias, por atendimento diferenciado na saúde e na educação, pelo direito de serem respeitados enquanto coletividade indígena e pela sua sobrevivência. Outro momento que os Avá-Guarani utilizaram a estratégia de interromper o fluxo da Ponte Ayrton Senna ocorreu em abril de 2017, de acordo com a reportagem do Brasil de Fato³³ cerca de quatrocentas e cinquenta pessoas participaram da manifestação, cujas pautas principais foram a demarcação do território, saneamento básico nas aldeias, melhoria das escolas, que são construídas de modo improvisado pelos próprios indígenas, e contratação de agentes de saúde e professores indígenas.

A última vez que os Avá-Guarani fizeram uso da estratégia de fechar a Ponte Ayrton Senna para atrair a atenção das autoridades foi no dia vinte e cinco de março de 2019. Nessa manifestação, segundo uma reportagem do CIMI³⁴, compareceram mais de duzentos indígenas para protestar contra o desmonte que o Ministério da Saúde do Governo Jair Bolsonaro pretendia implementar na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Depois dessa manifestação os indígenas foram expressamente proibidos de realizar protestos na Ponte, pois a Advocacia Geral da União

e permite também ter acesso à fronteira do Brasil com o Paraguai. Naquela altura ela é a principal via para atravessar o Rio Paraná, de modo que é muito utilizada para escoar a produção do agronegócio do Mato Grosso do Sul para os portos do Sul e Sudeste do Brasil.

³² Há uma reportagem do G1 sobre essa manifestação, nela aparece o cacique Marciliano Lopes, da aldeia Tekoha Araguaçu, dizendo que eles queriam falar com o Procurador Dr. Richa, e clamava que as aldeias necessitavam educação, no caso, o protesto estava voltado para a conquista de escolas indígenas dentro das aldeias. Acesso da reportagem em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/08/indios-fecham-ponte-ayrton-senna-e-reivindicam-atencao-do-governo.html> último acesso no dia 25/08/2022.

³³ Link de acesso à reportagem: [https://www.brasildefato.com.br/2017/04/03/indigenasfechamponteyrton-senna-em-protesto-contra-o-governofederal#:~:text=Cerca%20de%20450%20ind%C3%ADgenas%20da,\)%2C%20no%20Oeste%20do%20Paran%C3%A1](https://www.brasildefato.com.br/2017/04/03/indigenasfechamponteyrton-senna-em-protesto-contra-o-governofederal#:~:text=Cerca%20de%20450%20ind%C3%ADgenas%20da,)%2C%20no%20Oeste%20do%20Paran%C3%A1) último acesso no dia 25/08/2022.

³⁴ <https://cimi.org.br/2019/04/indigenas-no-parana-sao-impedidos-de-realizar-manifestacao-em-vias-publicas-no-oeste-do-estado/> último acesso no dia 25/08/2022.

(AGU) moveu um Interdito Proibitório³⁵ contra este povo para “resguardar a ordem e o fluxo das rodovias federais” (BRASIL, 2019). Como punição para, se acaso os Avá-Guarani vierem a realizar novos protestos na Ponte, a AGU autorizou a Polícia Rodoviária Federal utilizar o uso da força para retirar os indígenas manifestantes do local, bem como atribuiu um valor de cinco mil reais por hora para a liderança que descumprir com o Interdito, e, além disso, ainda determinou ao Conselho Telar de Guaira para que “recolha as crianças e menores que estejam sendo utilizados na manifestação” (BRASIL, 2019).

Considerações finais

Damásio Martines, pai de Paulina, que atualmente está com os seus noventa e dois anos de vida, disse em 2015 para a equipe que compôs o Grupo Técnico que trabalhou na confecção do RCID da Tekoha Guasu Guavirá:

Os *karai* (não-indígenas) nunca entenderam por que queremos a mata. Nós fazemos parte dela, precisamos dela para sobreviver. Aí vieram e destruíram a mata, tudo virou soja. Mas é possível transformar a soja em mata de novo (...) *Nãnderu* fez a terra e a mata para nós indígenas, onde nos sentimos felizes, porque quando estamos na mata é como se estivéssemos em família. (BRASIL, 2018, p. 390)

As ações de retomadas territoriais protagonizadas pelos Avá-Guarani por meio do movimento de “entrar novamente nas terras”, *jaike jevy yvype*, tem sido a principal estratégia para recuperar a posse de parcelas do território de onde foram sendo espoliados, conforme foi avançando as frentes de colonização que se sucederam desde a Guerra do Paraguai, em meados do século XIX. Nesse processo eles foram perdendo o acesso às “grandes matas” (*ka’aguy guasu*) que atualmente foram transformadas em campos de soja voltados ao agronegócio. Também ficaram sem os seus *tape marane’ỹ* (caminho sem males) que ficaram alagados com a construção da Itaipu Binacional durante a ditadura civil-militar, e de modo geral, perderam o pleno usufruto de seu *Tekoha Ymã Guare*, que buscam atualmente recuperar por meio de suas retomadas, de seus *jaike jevy* (en-

³⁵ Interdito Proibitório Nº 5000546-52.2019.4.04.7017/PR.

trar novamente). Desta forma, como bem colocou o *chamoï* Damásio Martines, da aldeia Tekoha Y’Hovy, será “possível transformar a soja em mata de novo”.

Referências Bibliográficas

ALARCON, Daniela Fernandes. *O retorno da terra: As retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia*. Editora Elefante: São Paulo, 2019. 484p.

ALARCON, Daniela Fernandes. Um balanço da recuperação territorial. In: *O retorno dos parentes: mobilização e recuperação territorial entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia*. Tese de doutorado (Antropologia social). Rio de Janeiro, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

ALBERNAZ, Adriana C. R. *Antropologia, História e Temporalidades entre os Avá-Guarani de Oco’y (PR)*. Tese de doutorado – UFSC: Florianópolis, 2009. 391 p.

BENITES, Tônico. *Rojeroky Hina há Roike Jevy Tekohape (Rezando e Lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Avá Kaoiwá e dos Avá Guarani pela recuperação de seus tekoha*. Tese de doutorado – Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2014.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos /Comissão Nacional da Verdade*. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2).

BRASIL, Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. ROJAS, Blanca G. *Informação Técnica sobre os Índios Guarani-Ñandéva do Município de Guaíra*. Instrução Executiva N°. 406/PRES/2005, Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. Coordenadora-Geral de Identificação e Delimitação. FIGUEIREDO, Marina Vanzolini; SALLES DE FARIAS Camila & OLIVEIRA Diogo de. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá (Guaíra, Terra Roxa e Altônia, Paraná)*. Brasília: CGID/DPT/FUNAI, 2018.

BRASIL, Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. Coordenadora-Geral de Identificação e Delimitação. THOMAZ DE ALMEIDA, R. F. & MURA, Fabio. *Relatório Antropológico de Revisão de Limites da T.I. Porto Lindo (Jakarey)*. Portaria N° 724/PRES, 2002.

BRASIL, Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem F. *Relato sobre uma brevíssima visita aos Guarani-Ñandéva de Guaíra*. FUNAI/ Brasília, IB/Foz do Iguaçu, 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Departamento de Atenção à Saúde Indígena. Despacho. Assunto: Resposta a Solicitação de Acesso à Informação-Fala.BR. Referência: NUP 25072.017396/2022-25, Brasília, 2022.

BRASIL, Poder Judiciário. Justiça Federal. Seção Judiciária do Paraná 1ª Vara Federal de Guaíra, interdito proibitório N° 5000546-52.2019.4.04.7017/PR, 2019.

BRAND Antônio. *O Impacto da Perda da Terra Sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: Os difíceis caminhos da palavra*. Tese de Doutorado – Curso de Pós-Graduação em História PUC/RS. 1997.

BRIGHENTI, Clovis Antonio & OLIVEIRA Osmarina de. *Sarambipá: esparramos, resistência e rearticulação Guarani na recuperação do Tekoha Guasu extinto pela Itaipu Binacional*. RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. V. 06, ed. especial, mar., 2020.

CARVALHO, Maria Lucia B. *Das Terras dos Índios a Índios sem Terras*. O Estado e os Guarani de Oco’y: Violência, Silêncio e Luta. Tese de doutorado – USP-FFLCH. São Paulo 2013. 834 p.

CLASTRES, Hélène. *La Tierra Sin Mal*. El profetismo tupí-guarani. Ediciones del Sol S.A. Buenos Aires, Argentina, 1989.

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA (CTI): *Violações dos Direitos Humanos e Territoriais do Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988)*: subsídios para a Comissão Nacional da Verdade. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://bd.trabalhoindigenista.org.br/>

CONRADI, Carla Cristina Nacke. *O Movimento os Guarani de Reocupação e Recuperação de seus Territórios no Oeste do Paraná*. IV Congresso Internacional de História – Maringá, 2009.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge & ESSELIN, Paulo Marcos. Uma Etno-História da Erva-Mate e dos Povos Indígenas de Língua Guarani na Região Platina: da Província do Guairá ao antigo Sul de Mato Grosso. IN: FINOKIET, Bedati A. (org.). – 1. ed. – Tubarão (SC) : Copiart, 2018. 360 p.

FREITAG, Liliâne da Costa. *Extremo - Oeste Paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação*. Tese de Doutorado em História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista – UNESP. Franca-SP, 2007.

MARÉCHAL, Clémentine I. Política do etnocídio e resistência nas retomadas kaingang no Rio Grande do Sul. In: *Gavagai*, v. 5, n. 1, 2018. p. 29-54.

NIMUENDAJU, Curt Unkel. *As Lendas da Criação e Destruição do Mundo Como fundamentos da Religião dos Apapocíva-Guarani*. São Paulo: Edusp e Hucitec, 1987.

MELIÀ, Bartolomeu. A Terra Sem Mal do Guarani. Economia e profecia. *Revista de Antropologia*, (33), 1990.

MELIÀ, Bartolomeu. *Conquistado y Reducido*. Ensayos de Etno História. Biblioteca paraguaya de Antropología. Vol.V. CEADUC-CEPAG. Assunción del Paraguay, 1997.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAIS, Bruno Martins. *Do Corpo ao Pó: Crônicas da territorialidade Kaowá e Guarani nas adjacências da morte*. São Paulo: Elefante, 2017.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. “*O Nosso Governo*”: Os Ticuna e o Regime Tutelar. São Paulo: Marco Zero. 1988. 315p.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Uma etnologia dos “índios misturados”?* Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. MANA 4(1):47- 77, 1998.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Regime tutelar e Faccionalismo*. Política e Religião em uma reserva Ticuna. Manaus: UEA Edições, 2015.

PIERRI, Daniel Calazans. *O Percível e o Imperecível: Lógica do sensível e corporalidade no pensamento guarani-mbya*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas. Departamento de Antropologia. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. São Paulo, 2013.

POMPA, Cristina. *O Profetismo Tupi-Guarani: A construção de um objeto antropológico*. Revista de Indias, vol. LXIV, n° 230, 2004.

SHADEN, Egon. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

SOUSA, Alexander B. C. *“Quando você convive muito com a morte, você se acostuma com ela”*. Os karai keura e suas violências contra os Avá-Guarani da Bacia do Rio Piquiri (PR). São Paulo: Editora Dialética, 2021.

RIBEIRO DOS SANTOS, Thiago A. *Antes que era bom, quando a água era boa e não precisava cultivar: uma etnografia sobre os Avá-Guarani da Reserva Indígena Tekohá Anhetete e o Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional*. Dissertação de Mestrado. PPGAS-UFSC. Florianópolis, 2016.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem F. *Estudo Antropológico sobre a situação dos Avá-guarani e Guarani-Mbya relacionados ao Jakutinga/Ocoy e dos Nandeva de Guaira:extremo oeste do Paraná*. Rio de Janeiro, 2006.

VELHO, Otávio G. *Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 172p.